

MACAXEIRA E MANDIOCA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA DIATÓPICA NOS DADOS DO PROJETO ALiB

MACAXEIRA AND MANDIOCA IN BRAZILIAN NORTH REGION IN A DIATOPIC PERSPECTIVE IN DATA OF ALiB PROJECT

Valter Romano¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo apresenta uma descrição dos designativos para as questões 50 e 51 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB, cujo *caput* remete, respectivamente, ao conceito da *mandioca comestível* (macaxeira ou aipim) e da *mandioca brava* (ou simplesmente mandioca), a raiz não comestível sem que passe antes por um processamento devido ao alto teor de ácido cianídrico (HCN). O objetivo do estudo é discutir a distribuição diatópica dos designativos nos dados da Região Norte do Brasil, referentes a 24 municípios, perfazendo a fala de 96 informantes cuja escolaridade máxima é o ensino fundamental. Por meio de gráficos e cartas linguísticas, os dados são apresentados de forma a evidenciar a norma lexical dessa grande região brasileira para as questões em pauta, com a predominância do item *macaxeira* para a questão 50 e *mandioca*, para a 51, figurando, contudo, o estado de Tocantins com dados que divergem da norma lexical da maioria das unidades federativas da Região Norte.

Palavras-chave: Projeto ALiB; Região Norte; Variação lexical.

Abstract: This paper presents a description of the designatives for the questions 50 and 51 of the Alib Project Semantic-Lexical Questionnaire, whose *caput* refers to the concept of *edible cassava* (macaxeira cassava or aipim cassava) and *wild cassava* (or simply cassava) respectively. Wild cassava tuber is not edible without first undergoing processing due to the high content of hydrocyanic acid (HCN). The aim of the study is to discuss the diatopic distribution of designatives in data from the Northern Region of Brazil, referring to 24 municipalities, making up the speech of 96 informants whose maximum education is elementary school. Through graphs and language maps, data are presented in order to highlight the lexical norm of this great Brazilian region for the issues at hand, with the predominance of the item *macaxeira* (macaxeira cassava) for question 50 and *mandioca* (cassava) for question 51. However, Tocantins state shows data that differ from the lexical norm of most federative units in the North Region.

Keywords: ALiB Project; North region; Lexical variation.

Submetido em 1 de julho de 2020.

Aprovado em 3 de setembro de 2020.

¹ Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e coordenador de Pesquisa do DLLV. É professor permanente credenciado no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) com atuação na linha de pesquisa Contato, Variação e Mudança linguística, da área de concentração Sociolinguística e Dialetoлогия. E-mail: valter.pereira.romano@gmail.com.

Introdução

A cultura da mandioca, também conhecida como aipim ou macaxeira, é amplamente desenvolvida em todo o território nacional. Base da alimentação de muitos no preparo de bolos, pães, farinhas ou mesmo servida frita ou cozida como petisco à mesa em bares e restaurantes, a mandioca representa um importante traço de brasilidade e herança dos indígenas, que desde sempre utilizavam a raiz, cujo nome científico é *Manihot Esculenta Crantz*, na base da sua subsistência.

Na Região Norte do Brasil, a cultura da mandioca ocupa o segundo lugar em área plantada que de 1997 a 2017 teve um aumento de quase 20%, conforme os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018), atrás apenas da Região Nordeste. Mas em termos de produção, o Norte do país lidera representando 36,1% da safra nacional (EMBRAPA, 2018), despontando o Pará entre os estados mais produtores dessa raiz tuberosa.

Para Filgueiras e Homma (2016, p. 27):

Isto revela a importância dessa cultura na dieta alimentar dos nortistas, principalmente relativa a produtos como farinha de tapioca, goma, farinha de mesa, tucupí, fécula (polvilho), etc. Suas folhas também são usadas na culinária, além de servir para ração e ser insumo de indústria. Destaca-se que, na região Norte, essa cultura é largamente produzida pelos pequenos produtores, por isso é plantada nos municípios dos sete estados da região Norte, que possui a maior produção brasileira.

Ainda de acordo com a EMBRAPA, existem mais de quatro mil espécies de mandioca, sendo, contudo, indicada para alimentação aquelas que possuem teor mínimo de ácido cianídrico (HCN). Essa é a *mandioca comestível*, do tipo mesa. Já a *mandioca amarga* ou *brava* devido ao alto teor de HCN não é recomendada ao uso culinário antes da desintoxicação (secagem) e processamento industrial para preparo de farinhas, féculas, polvilhos. A diferenciação entre as duas variedades quanto ao aspecto físico e tátil não é fácil, a não ser em análises de laboratório para não correr riscos de envenenamento.

As denominações para essas duas raízes tuberosas são objetos de investigação do Projeto Atlas Linguístico do Brasil², que em seu instrumento de coleta de dados prevê

² Projeto de natureza interinstitucional desenvolvido em diferentes universidades brasileiras e coordenado por um Comitê Nacional com sede nacional na Universidade Federal da Bahia, sob a presidência da profa. Jacyra Andrade Mota. O objetivo principal do ALiB é registrar em mapas linguísticos a variação do Português Brasileiro em diferentes níveis de abordagem: fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático e pragmático-discursivo para descrição e documentação da língua falada pelos brasileiros

duas questões no Questionário Semântico-Lexical, questões 50 e 51, cujos objetivos são apurar os designativos para a *mandioca de mesa* e a *mandioca não comestível in natura*, respectivamente (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001).

Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior que está em andamento cujo objetivo é mapear nas cinco grandes regiões brasileiras os designativos das duas questões supramencionadas, considerando toda a rede de pontos do Projeto ALiB. Nesta oportunidade, são apresentados os dados atinentes à Região Norte, tomando como finalidade a discussão da distribuição diatópica de variantes lexicais, ou seja, a distribuição geográfica dos itens. Este trabalho soma-se aos outros estudos (ROMANO; CÁ, 2020; ROMANO; AGUILERA, *no prelo*), principalmente no que se refere à definição de áreas linguísticas³ no território nacional comparando-se com os dados de outras regiões administrativas. Para além da discussão diatópica, fazem-se também alguns apontamentos considerando duas variáveis dos informantes (o sexo e a faixa etária).

Assim, na próxima seção, apresentam-se algumas reflexões acerca da variação lexical e a contribuição dos estudos geolinguísticos, sobretudo, o Projeto ALiB, para o conhecimento da realidade linguística do Português Brasileiro (PB). A seção 2 traz informações sobre a metodologia empregada para coleta e análise do *corpus*, seguindo-se a seção 3 com apresentação dos resultados e, por fim, algumas considerações e as referências mencionadas no estudo.

1. Variação lexical do Português Brasileiro em dados geolinguísticos

Considerado como “o tesouro vocabular de uma língua” (BIDERMAN, 1992, p. 399), o léxico é o nível de análise linguística que mais evidencia aspectos sócio-históricos e também socioculturais, pois é por meio dele que o ser humano interage com o mundo num processo constante de nomeação e cognição da realidade que o circunda. De forma complementar, pode-se afirmar que o léxico representa “um aspecto diferenciador no que se refere à variação linguística, pois, além de evidenciar diferenças de uma região para outra, demonstra também a conseqüente mobilidade dessas diferenças de um espaço para outro” (ISQUERDO, 2007, p. 533), constituindo-se como

em todo o território nacional, considerando-se os pressupostos da Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998). Mais informações podem ser acessadas em: <alib.ufba.br>.

³Por áreas linguísticas entendem-se territórios mais ou menos homogêneos no que tange à realização de determinados traços linguísticos, no caso, o uso mais ou menos homogêneo de um mesmo item lexical.

um traço marcante da variação diatópica (ISQUERDO, 2003).

Os estudos dialetológicos, sobretudo os de natureza geolinguística, contribuem, sobremaneira, com o registro e a comprovação empírica de especificidades linguísticas de pequenos e grandes territórios por meio de atlas linguísticos que, no território brasileiro, têm se expandido de forma muito significativa (ROMANO, 2013; ROMANO, *no prelo*).

A grande maioria dos atlas linguísticos apresentam um conjunto de cartas que retratam especificidades lexicais das áreas investigadas, salvo alguns que enfocam apenas o nível fonético como Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA (RAZKY, 2004), o Atlas Fonético do Entorno da Baía de Guanabara (LIMA, 2006), o Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ) (ALMEIDA, 2008) ou mesmo o nível morfossintático como o Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira – AMSIMA (TAVARES, 2017). Todavia, mesmo esses atlas, com análises mais detalhadas subsidiam também abordagens no âmbito do léxico.

Tome-se, por exemplo, a questão 32 do Questionário Fonético-Fonológico do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) que, inicialmente, objetiva documentar a síncope da vogal média pós-tônica no vocábulo *abóbora* > *abóbra*, mas que dá margem à variação de ordem lexical, pois em algumas regiões conhece-se esse referente como *jerimum*. Outro exemplo é a questão 35 do Questionário Morfossintático do ALiB que busca a flexão do verbo “ouvir” no presente do indicativo em primeira pessoa “ouço > ouvo”, mas que também é substituído pelo verbo escutar. Ou seja, a variação lexical perpassa os outros níveis de variação linguística, em muitos casos.

Aliás, o Projeto ALiB tem servido de referência quanto à elaboração de atlas linguísticos no país, pois propõe uma metodologia que já se sedimentou entre os estudiosos quanto à escolha das localidades, perfil dos informantes, instrumento de coleta de dados, entre outros parâmetros. O ALiB teve seus primeiros dois volumes publicados em 2014 (CARDOSO *et al.* 2014a, 2014b), estando os próximos em fase de preparação. Para Romano (2018, p.117), o ALiB

começa uma nova fase de sua elaboração com o tratamento dos dados coletados em localidades do interior do país. Para tanto, a equipe toma como ponto de partida análises prévias realizadas em trabalhos monográficos como o de Marins (2012), Ribeiro (2012), Portilho (2013), Romano e Seabra (2014a, 2014b), Romano (2015), Santos (2016), entre outros.

Os trabalhos arrolados pelo autor pautam-se em dados recolhidos a partir da aplicação do Questionário Semântico-Lexical (QSL) e tem servido de base para discussão de áreas dialetais no território nacional como forma de balizar a proposta de Nascentes (1953), que ora se confirma do ponto de vista do léxico (YIDA, 2019; CHOFARD, 2019), quanto à grande divisão Norte - Sul, ora indica a necessidade de uma atualização (ROMANO, 2015; SANTOS, 2016), principalmente, nas áreas dos subfalares. Ademais, o ALiB caminha nessa direção para a proposição de um novo mapa dialetal no território brasileiro e os estudos de cunho lexical têm sido o ponto de partida para essa proposta, adentrando-se pouco a pouco aos aspectos de ordem fonética e morfossintática em dados do interior do país com vistas a uma cartografia integral do *corpus*.

O presente estudo vem se somar ao que já se foi realizado a respeito da variação lexical com *corpus* do Projeto ALiB e serve de base para pesquisas futuras que definirão o que é relevante ou não para ser cartografado em volumes futuros do atlas nacional.

2. Metodologia

O *corpus* analisado refere-se aos dados coletados para a elaboração do ALiB. Na Região Norte, a rede de pontos do Projeto ALiB compõe-se de 24 municípios, sendo: dois no estado do Amapá, um ponto em Roraima, cinco pontos no Amazonas, dez cidades no estado do Pará, dois municípios no Acre, dois em Rondônia e dois no estado de Tocantins, conforme se verifica no Quadro 1:

Quadro 1. Rede de pontos do Projeto ALiB – Região Norte

Nº do Ponto	Nome da Localidade	Unidade Federativa
1	Oiapoque	AP
2	Macapá	AP
3	Boa Vista	RR
4	São Gabriel da Cachoeira	AM
5	Tefé	AM
6	Manaus	AM
7	Benjamin Constant	AM
8	Humaitá	AM
9	Soure	PA
10	Óbitdos	PA
11	Almerim	PA
12	Belém	PA

13	Bragança	PA
14	Altamira	PA
15	Marabá	PA
16	Jacareacanga	PA
17	Conceição do Araguaia	PA
18	Itaituba	PA
19	Cruzeiro do Sul	AC
20	Rio Branco	AC
21	Porto Velho	RO
22	Guajará-Mirim	RO
23	Pedro Afonso	TO
24	Natividade	TO

Fonte: CARDOSO *et al.* (2014a, p. 193)

Para o estabelecimento da rede de pontos, a metodologia do Projeto ALiB, além de critérios como ano de fundação e importância sócio histórica e econômica para a região, considerou a densidade demográfica dos estados que a constituem. Assim, embora seja uma ampla área do território brasileiro, a Região Norte tem uma rede de pontos menos densa se comparada à rede de outras regiões como a do Nordeste e a do Sudeste, por exemplo. Os 24 pontos linguísticos criteriosamente selecionados para a pesquisa de campo estão separados por centenas de quilômetros, perpassadas por grandes áreas de floresta, reservas indígenas e imensos rios.

Em cada uma dessas localidades, foram entrevistados quatro informantes de nível fundamental de escolaridade, distribuídos, equitativamente, entre homens e mulheres e pertencentes a duas faixas etárias: faixa I: 18 a 30 e faixa II: 50 a 65 anos. Nas capitais, exceto Palmas-TO, a esses quatro informantes somam-se mais quatro de nível superior de escolaridade, o que sumariza a fala de 116 informantes⁴.

Dados os objetivos deste artigo, optou-se por apresentar os resultados do *corpus* recolhido com os informantes de nível fundamental de escolaridade (máximo até 9º ano do Ensino Fundamental) nas 24 localidades nortistas, ou seja, o estudo perfaz a fala de 96 informantes, naturais das localidades e com pais também da mesma região linguística, de pouca ou nenhuma mobilidade (migração entre municípios), sendo 48 homens e 48 mulheres que se dividem, igualmente, nas duas faixas etárias estabelecidas⁵.

⁴ Conforme metodologia do Projeto ALiB (CARDOSO *et al.* 2014a), a capital do estado do Tocantins foi excluída da rede de pontos em virtude de sua recente criação, 1989.

⁵ Os informantes são numerados conforme o perfil: informante 1 (homem, faixa etária I), 2 (mulher, faixa etária I), 3 (homem, faixa etária II) e informante 4 (mulher, faixa etária II).

Os dados analisados foram coletados entre os anos de 2001 a 2013, período em que foram realizadas as pesquisas de campo diretamente nas 250 localidades brasileiras por onde a equipe do Projeto aplicou os Questionários 2001 (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) aos informantes previamente selecionados.

Para este estudo, selecionaram-se os dados coletados como respostas a duas questões do Questionário Semântico-Lexical do ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), questão 50: “... aquela raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer?” e 51 “... uma raiz parecida com ___ (cf. *item* 50) que não serve para comer e se rala para fazer farinha (polvilho, goma)?”, que estão relacionadas entre si, pois uma se refere à raiz comestível e a outra ao não comestível *in natura*, cujos designativos são descritos sob a perspectiva da variação diatópica, diageracional e diassexual (THUN, 1998), nas seções que se seguem.

As respostas dos informantes foram levantadas mediante a consulta ao banco de dados no *corpus* transcrito pelas equipes regionais e a escuta das entrevistas para conferência dessas respostas. Foram organizadas planilhas do Microsoft Office Excel[®], em um primeiro momento, de forma a permitir a separação das respostas segundo perfil/localidades de cada informante. Depois de sistematizadas as respostas e respectiva tabulação, os dados foram transferidos para programa de cartografia informatizada, o SGVCLin – Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas (ROMANO, SEABRA, OLIVEIRA, 2014), que permitiu, por meio da formação de um banco de dados na ferramenta, a consulta das respostas em forma de relatórios de produtividade e cartas linguísticas elaboradas *ad hoc* para este estudo, utilizando-se a carta base oficial do Projeto ALiB. Vale ressaltar que o modelo cartográfico utilizado para representação dos resultados refere-se a análises prévias e poderão subsidiar a elaboração dos volumes futuros do atlas nacional, que tratarão dos dados atinentes à rede de pontos do interior do país.

Neste artigo, são apresentadas cartas com a distribuição pontual dos designativos em histogramas de produtividade e cartas de arealidade gradual, ou seja, cartas que trazem a distribuição areal de um item considerando o seu índice de produtividade no território da Região Norte, pois a distribuição de variantes lexicais se dá de modo gradual na área com diferentes índices produtividade. As áreas identificadas, desse modo, são delimitadas pelas linhas de isoléxica, ou seja, linhas virtuais que traçam limites também virtuais de determinado item.

3. Apresentação dos resultados

A questão 50 apresenta 110 registros, o que revela que há informantes que auferiram mais de uma resposta para a pergunta, atestando utilizar mais de um designativo para denominar o referente, sendo três as formas lexicais documentadas: *macaxeira* (92 ocorrências, 83,6% do *corpus*), *mandioca* (13 registros, 11,8%) e *aipim* (5 ocorrências, 4,5%). Diatopicamente, na Figura 1, observa-se essa distribuição das três variantes lexicais nas localidades, com a predominância do item *macaxeira* na maioria dos estados da Região Norte, havendo ocorrência exclusiva em 16 dos 24 pontos linguísticos investigados. Complementarmente, a Figura 2 apresenta esses resultados em dados percentuais por estado, e revela que o Tocantins destoa em relação aos outros da Região Norte, havendo a predominância do item *mandioca*, em detrimento de *macaxeira*.

Figura 1. Distribuição diatópica pontual dos designativos para a questão 50 do QSL

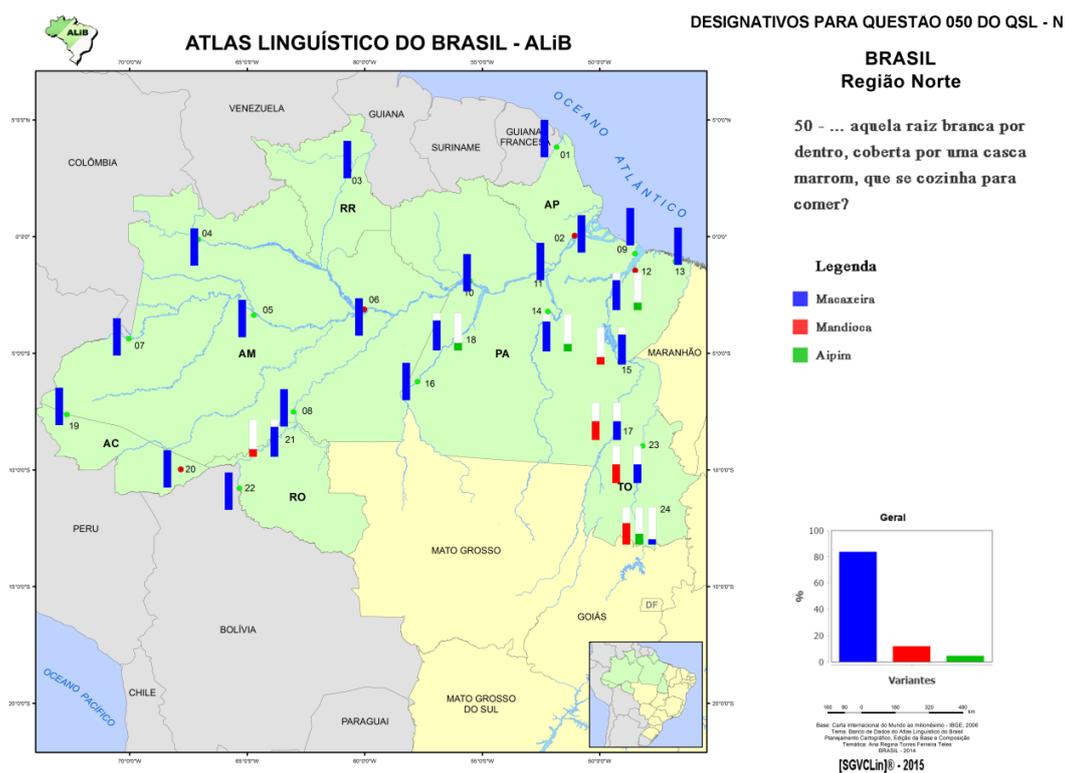
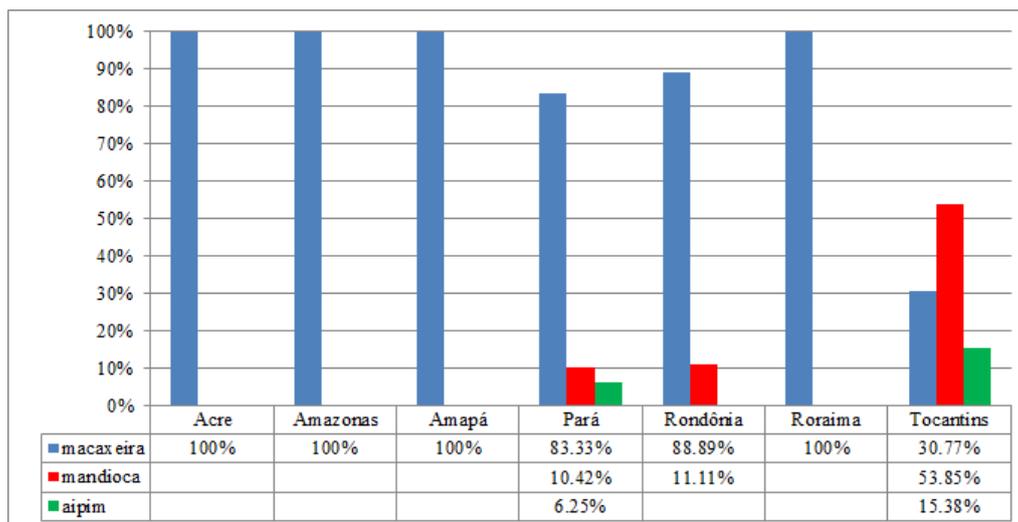


Figura 2. Produtividade das variantes para a questão 50 por Unidade Federativa



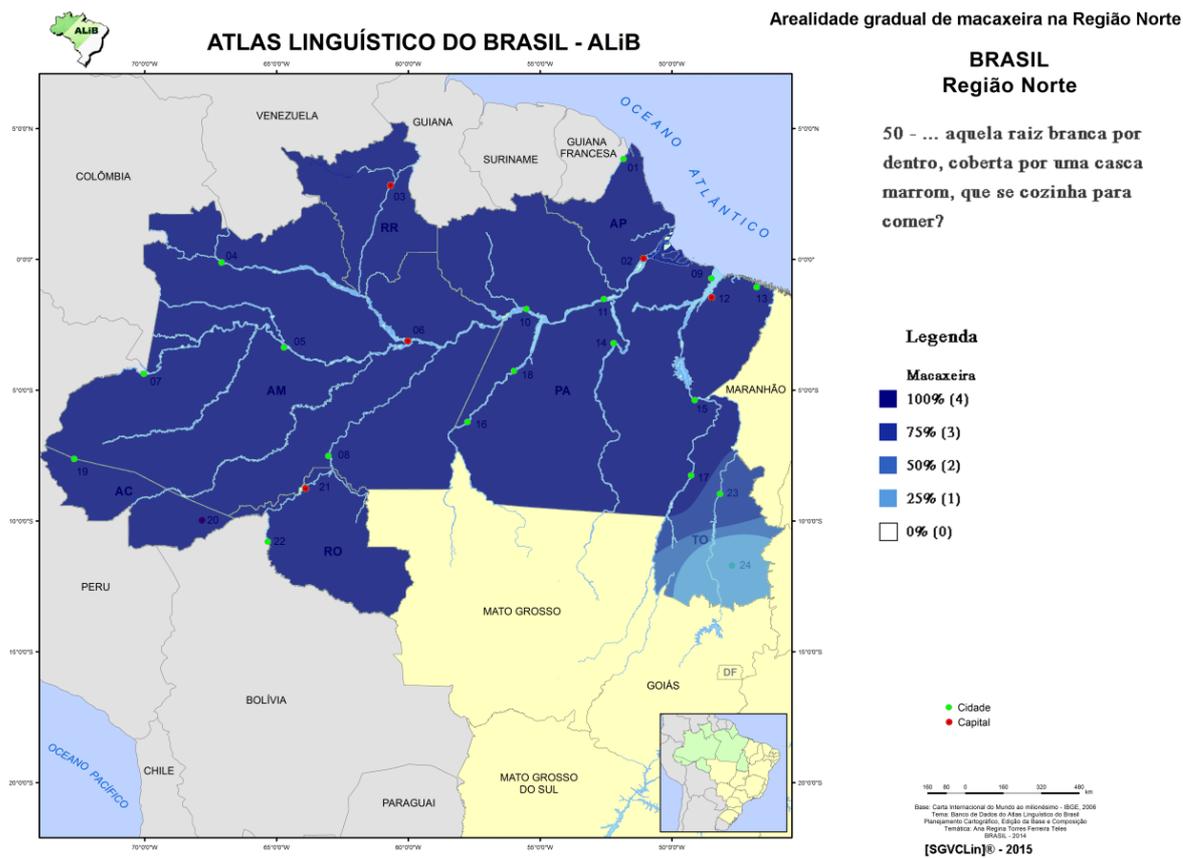
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – Relatórios do SGVLin®

Ainda em Tocantins, há a presença de *aipim* (15,38%), que também ocorre no estado do Pará (6,25%), mais especificamente em Belém (ponto 12), Altamira (14) e Itaituba (ponto 18), conforme a Figura 1.

Além do Tocantins, a variante *mandioca* se apresenta no Pará, ponto 17 – Conceição do Araguaia, fronteira política com estado tocaninense e ponto 15 (Marabá). Há o registro de *mandioca* em Porto Velho (ponto 21), Rondônia.

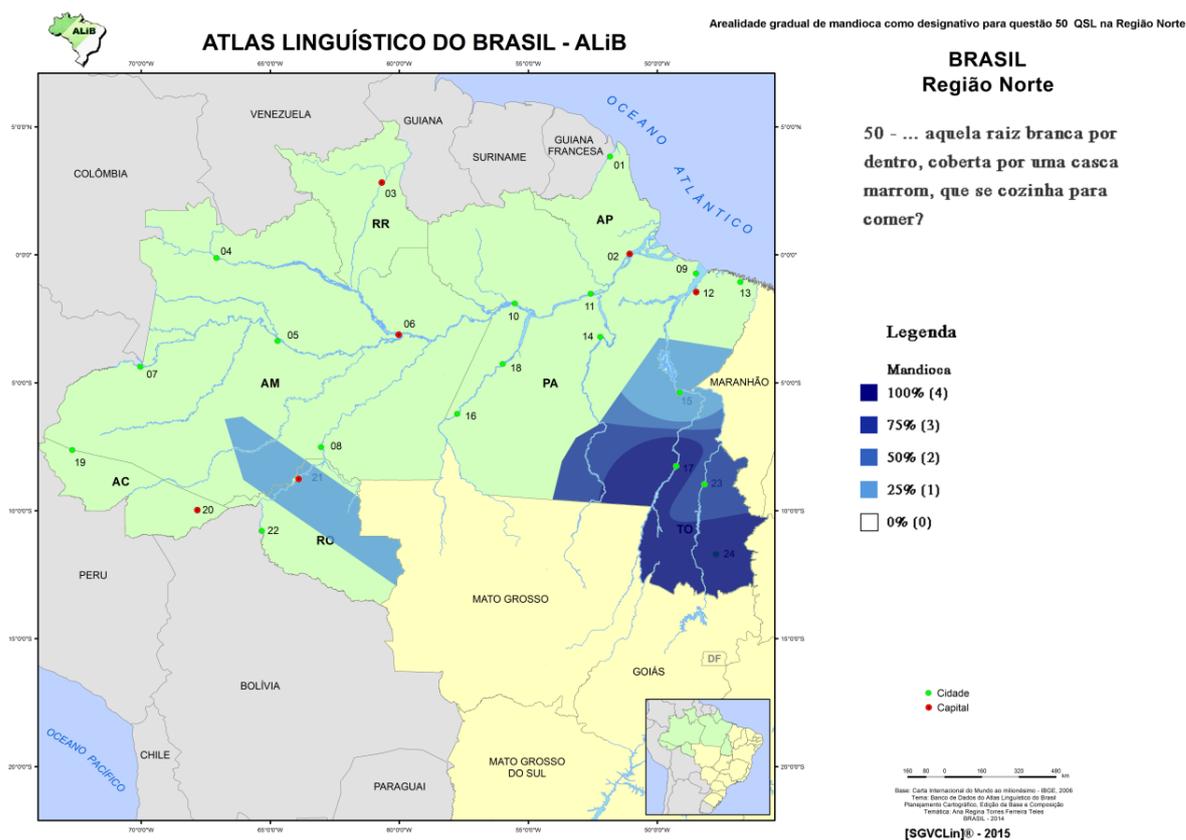
As Figuras 3 e 4, a seguir, trazem a distribuição espacial dos itens considerando a produtividade gradual: incidência de *macaxeira* (Figura 3) e de *mandioca* (Figura 4) como designativos para a questão 50. Observe-se:

Figura 3. Arealidade gradual da variante *macaxeira* como designativo para a questão 50



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – carta lingüística experimental elaborada *ad hoc* no SGVLin®

Figura 4. Arealidade gradual da variante *mandioca* como designativo para a questão 50



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – carta experimental elaborada *ad hoc* no SGVCLin®

Comparando-se ambas as cartas, verifica-se que há um predomínio de *macaxeira* com 100% de incidência (Figura 3) em quase toda a Região Norte, e à medida que adentra o estado do Tocantins, diminui sua incidência chegando a 25% (uma ocorrência) no sul do estado. Complementarmente, a distribuição gradual de *mandioca* como designativo para a questão 50 (Figura 4) apresenta-se mais concentrada no sul do Tocantins (100% de produtividade) e à medida adentra o estado do Pará, vai diminuindo a ocorrência numa área limítrofe ao estado tocaninense.

Há reflexos, ainda, de *mandioca* em Rondônia, pois há 25% de incidência (uma ocorrência) em Porto Velho, que se distribui nessa área que tem rede de pontos menos densa. Observe-se que essa tipologia de cartas do SGVCLin® é uma projeção ou uma abstração dos limites de abrangência de determinada variante, considerando-se que o software, a partir de seus algoritmos, calcula o um ponto medial entre duas

localidades para o traçado de uma linha intermediária (interponto) no estabelecimento dos limites da isoléxica⁶.

Para além da dimensão diatópica, considerando a ocorrência das variantes por faixa etária, segundo os relatórios SGVCLin[®], em números relativos e absolutos, a variante *macaxeira* apresenta-se de forma mais ou menos equânime entre informantes da faixa I (86,54%) e da faixa II (81,03%), e também *mandioca*: 13,46% (faixa I) e 10,34% (faixa II). Já *aipim* ocorre apenas entre os informantes da segunda faixa etária: cinco registros entre os 46 informantes dessa faixa (8,62% do *corpus*). Pela variável sexo, também não se encontrou diferença entre homens e mulheres, *macaxeira* apresenta-se em 86,54% da fala masculina e em 81,03% entre as mulheres; *mandioca* obtém 13,79% de produtividade entre as mulheres e entre os homens apresenta-se em 9,62% das respostas. Já *aipim* ocorre em duas respostas entre os homens (3,85%) e três entre as mulheres (5,17%), exclusivamente da faixa II, como fora salientado.

Em suma, na Região Norte, a norma⁷ que predomina para designar o referente objeto da questão 50, é o item *macaxeira*, exceto no estado do Tocantins que aparentemente destoa em relação aos outros estados da Região, talvez pela proximidade geográfica com as Regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e, principalmente, por aspectos relacionados ao processo de ocupação, povoamento influenciado por fluxos migratórios. Nesse sentido, um estudo contrastivo com dados de outras Regiões poderá indicar convergências e divergências entre os dados e permitirá afirmar de forma veemente a identificação linguística dos tocantinenses com a norma lexical de outras regiões administrativas no que se refere aos designativos para a questão 50.

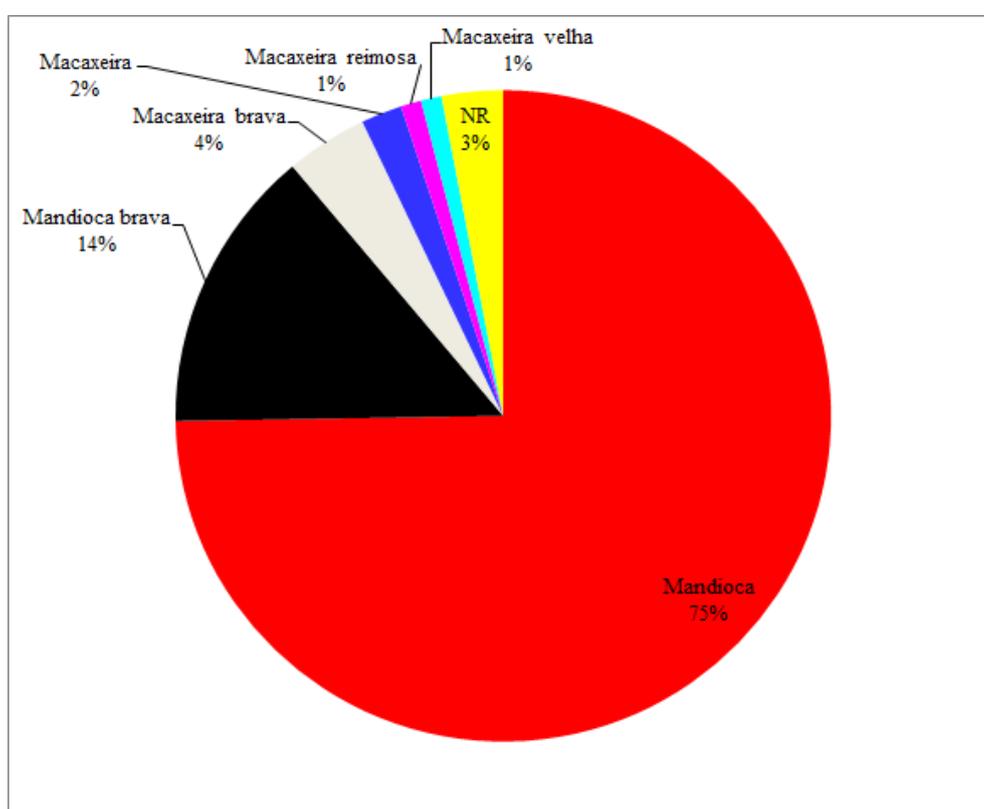
Sob a perspectiva diatópica, a variante *aipim* se apresentou com baixa incidência em poucos pontos isolados do Pará e Tocantins, o que é de se esperar, uma vez que, em concordância com Isquierdo (2009) o léxico também revela a consequente mobilidade do homem no espaço geográfico e sabidamente essa variante é comum em parte do território fluminense (ROMANO; CÁ, 2020) e também de áreas da região sul do Brasil, conforme os dados da pesquisa que está em andamento da qual presente estudo é uma parte dessa pesquisa maior.

⁶ Confira Seabra, Romano e Oliveira (2014).

⁷ Para Eugenio Coseriu (2004), a norma linguística é o conjunto de realizações repetidas e constantes determinadas pelo contexto sócio-cultural, ou seja, são realizações linguísticas que pelo uso se tornaram ‘normais’ para determinada comunidade linguística, isto é, “todo fato que diz e se entende” (COSERIU, 2004, p.122). Confira também Yida (2019).

A questão 51, analogamente à questão 50 do QSL, visa apurar os designativos para a mesma raiz, mas que não é comestível e só é possível ser consumida para alimentação humana/animal após processamento artesanal ou industrial para fazer farinha. Os 96 informantes apresentam seis designativos para o referente, havendo 99 registros incluindo-se três abstenções de resposta por desconhecimento da raiz venenosa. Ou seja, no máximo três informantes mencionaram duas variantes para a pergunta no *corpus* geral. Em dados percentuais, esses resultados estão representados na Figura 5.

Figura 5. Produtividade das variantes para a questão 51 na Região Norte



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – Relatórios do SGVLin®

Observe-se que há a predominância do item *mandioca* para denominar a raiz tuberosa que tem alto teor de ácido cianídrico em 75% do *corpus*, seguindo-se a variante *mandioca brava*, cujo modificador - *brava* - qualifica a raiz (14%) como prejudicial ou agressiva por fazer mal à saúde. Segue-se, com menor produtividade, a variante *macaxeira brava* (4%). A forma simples *macaxeira* apresenta-se como designativo na fala de dois informantes de Conceição do Araguaia (ponto 17, no Pará, fronteira com Tocantins), aproximadamente 2% da produtividade do *corpus*. Esses dois

informantes afirmam tratar-se do mesmo referente, ou seja, não há distinção, lembrando-se que *mandioca* é a forma conhecida, para alguns informantes dessa localidade, como a raiz mais comum à alimentação e que não é uma raiz venenosa.⁸

17/1 – Conceição do Araguaia, informante masculino da faixa I

INF.- *Mandioca*.

INQ.- *Tem outro nome?*

INF.- **Macaxera**.

INQ – *É a mesma coisa?*

INF – *É*.

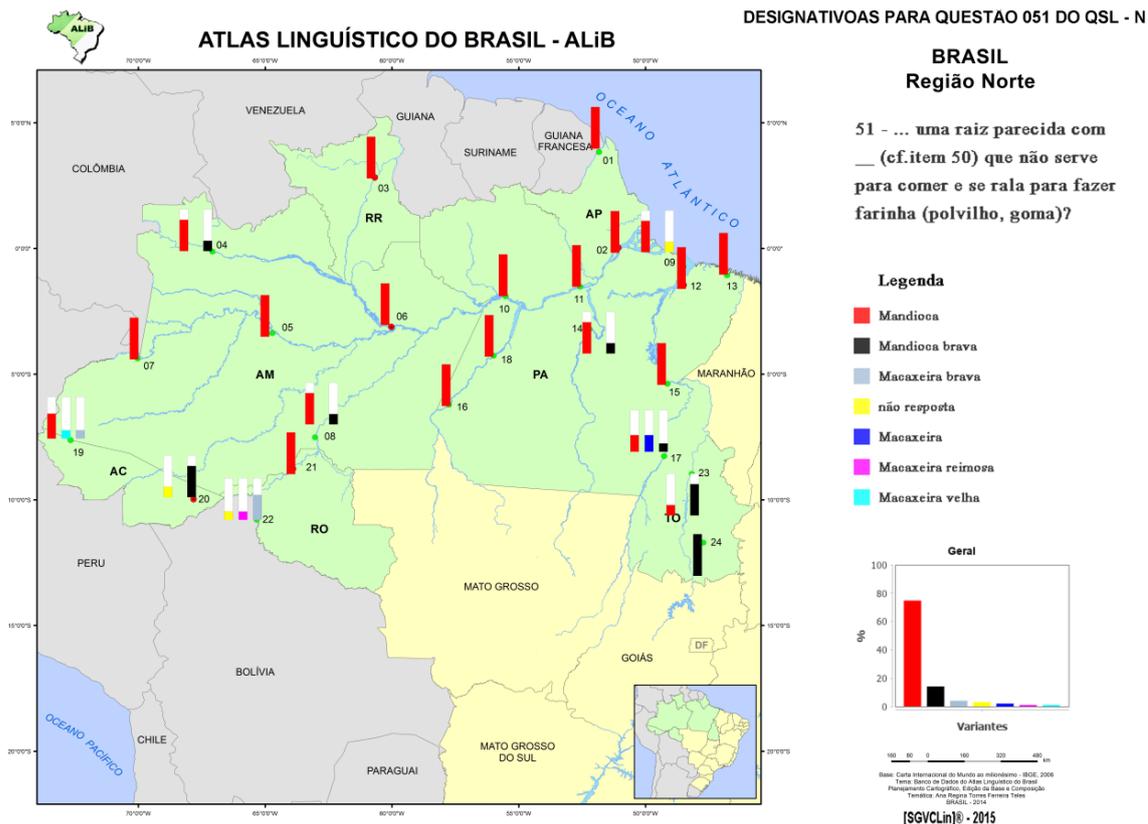
17/2 – Conceição do Araguaia, informante feminina da faixa I

INF.- Já...eu acho que é a **macaxera** que faz farinha e a mandioca...

Ainda no rol de respostas, há dois informantes que registram outras duas formas: um deles *macaxeira velha* (ponto 19 - Cruzeiro do Sul- Acre, informante 1), também com o modificador do sintagma – *velha* - com caráter negativo, no sentido de ‘estragado’, vencido e *macaxeira reimosa* (ponto 22, Guajará-Mirim-RO, informante 2), cujo adjetivo *reimoso* remete a algo que é prejudicial à saúde (HOUAISS; VILLAR, 2001). A Figura 6 ilustra a carta linguística com a distribuição diatópica dos designativos.

Figura 6. Distribuição diatópica pontual dos designativos para a questão 51 do QSL.

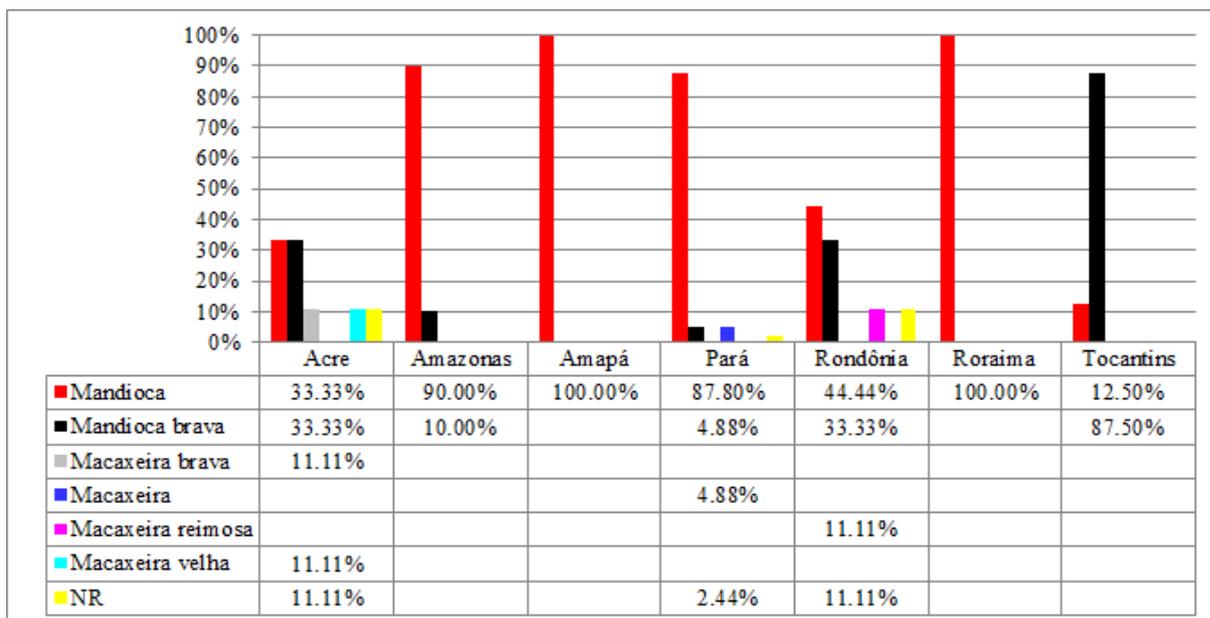
⁸Trecho da transcrição grafemática segundo as normas do Projeto ALiB. A identificação segue: número do ponto/número do informante e as siglas: INQ.- (inquiridor) e INF.- (informante).



Note-se que há predominância da cor vermelha que representa a variante majoritária na Região, *mandioca*, mas com relativo polimorfismo com outras cinco formas. Há a concorrência de itens, sobretudo, no ponto 17 - Conceição do Araguaia (Pará, fronteira com Tocantins), em que figuram *mandioca*, *mandioca brava* e *macaxeira*.

O segundo item mais produtivo, *mandioca brava* (cor preta), predomina nas duas localidades tocantinenses pontos 23 e 24, Pedro Afonso e Natividade, neste último, ocorrendo de forma exclusiva na fala de todos os informantes (100%), mas também com destaque em Rio Branco (RO), ponto 20. Há a ocorrência de *mandioca brava* no Pará (ponto 14 - Altamira), além do ponto 17 (Conceição do Araguaia).

No Amazonas, *mandioca brava* está nos pontos 4 (São Gabriel da Cachoeira) e 8 (Humaitá), mas com baixa representatividade. A abstenção de resposta (cor amarela) se encontra em Rio Branco (ponto 20), 22 (Guajará-Mirim) e 9 (Soure), sendo exclusiva dos informantes da primeira faixa etária, um em cada localidade. A Figura 7 traz a produtividade dos itens por Unidade Federativa:

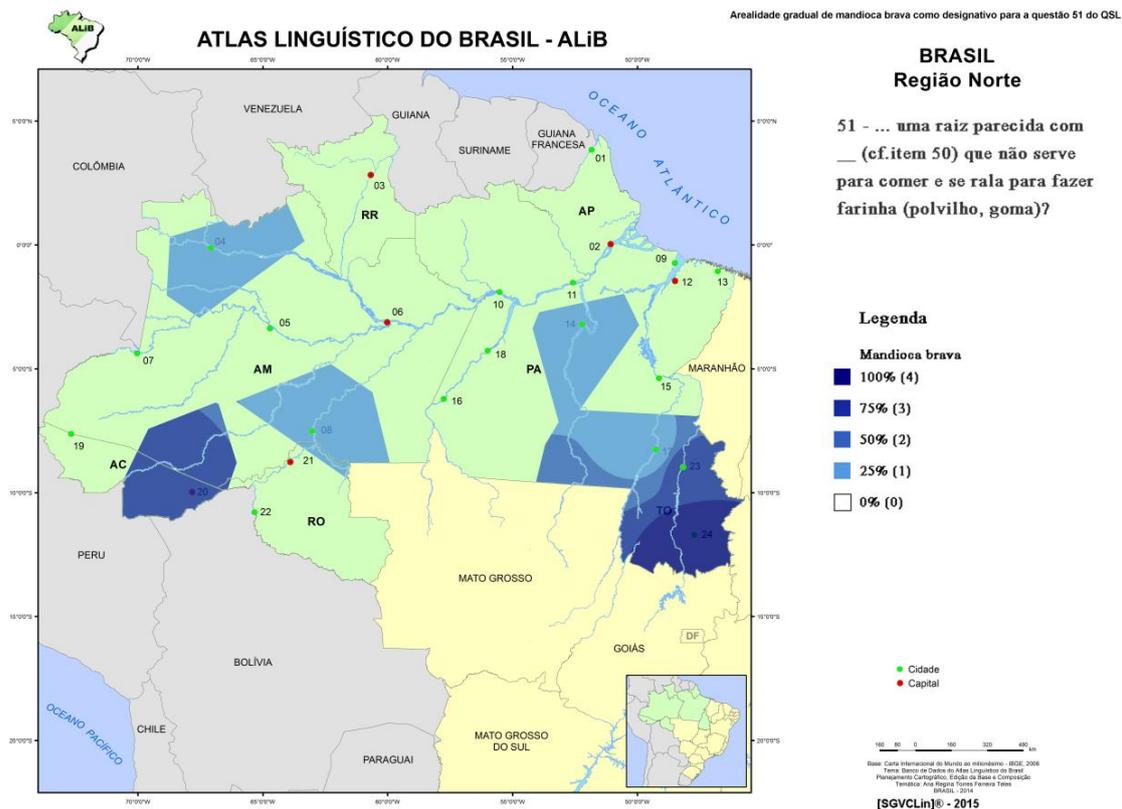
Figura 7. Produtividade das variantes para a questão 51 por Unidade Federativa

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – Relatórios do SGVLin®

No gráfico (Figura 7), observa-se uma ratificação das informações da carta linguística (Figura 6) em que se verifica o estado do Tocantins com predominância de *mandioca brava* (87,50%) e esta concorrendo, igualmente, com a forma simples *mandioca*, no Acre (33,33%) e com a mesma produtividade em Rondônia, como segunda forma mais produtiva, atrás do item *mandioca* (44,44%). O Amapá, Roraima e Amazonas destacam-se pela ocorrência majoritária do item *mandioca*, sendo formas exclusivas nos dois primeiros estados.

As Figuras 8 e 9, a seguir, trazem a incidência dos dois itens mais produtivos como denominação para a questão 51, *mandioca* (Figura 8) e *mandioca brava* (Figura 9).

Figura 8. Arealidade gradual da variante *mandioca* como designativo para a questão 51 do QSL



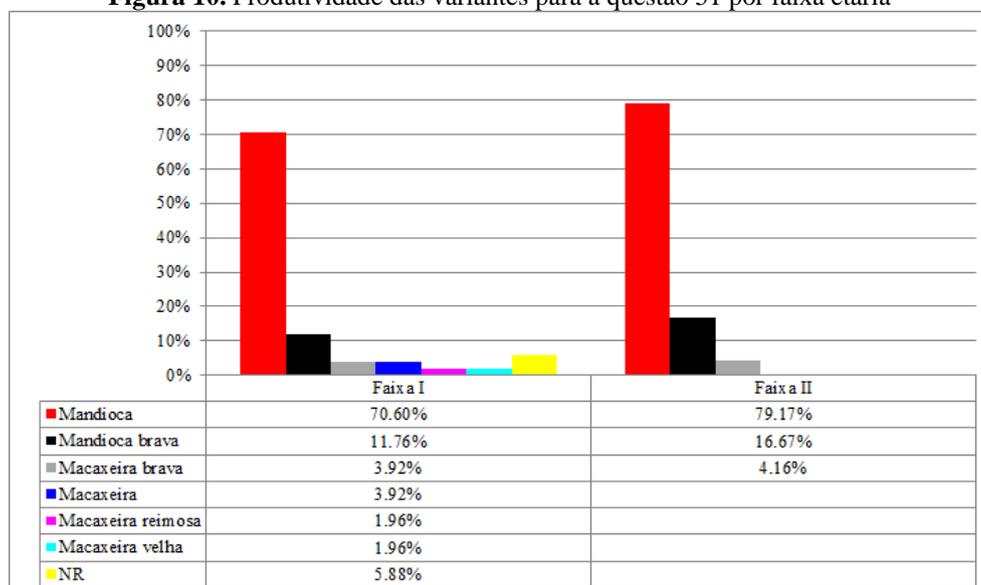
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – carta experimental elaborada *ad hoc* no SGVLin®

Ambas as Figuras 8 e 9 são complementares. Observa-se a predominância da forma simples *mandioca* em grande parte do território paraense e amazonense com índice de 75% a 100% de produtividade, além do Amapá e Roraima. Com menor incidência (50%), há uma região próxima ao Tocantins (ponto 17 – Conceição do Araguaia/PA), diminuindo para uma ocorrência (25%) em um ponto tocantinense. Observe-se que o item *mandioca* como designativo para questão 51 não ocorre no sul do Tocantins e parte dos territórios do Acre e de Rondônia.

Já na Figura 9, essas áreas do Acre e Tocantins são complementadas pela incidência de *mandioca brava* (sul do Tocantins) com 100% e com 75% de distribuição na região de Rio Branco (75%) e outro ponto mais ao norte do território tocantinense. Em Rondônia, há ocorrência de outras formas como *macaxeira*, *macaxeira reimosa* e abstenção de resposta (Figura 6), por isso não estão na Figura 9, e há áreas do Amazonas e Pará com ocorrência única de *mandioca brava* (25%), dando de certa forma, indícios de influências de outras áreas na denominação do referente.

Para além da dimensão diatópica, observando-se os relatórios de produtividade, praticamente não houve diferenças entre ambos os sexos, cujos valores relativos e absolutos mantêm-se aproximados entre os 99 registros. Já quanto à faixa etária, a Figura 10 apresenta a seguinte distribuição:

Figura 10. Produtividade das variantes para a questão 51 por faixa etária



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – Relatórios do SGVLin®

Conforme já apontado, a abstenção de resposta se ateve apenas aos informantes da faixa I, e os da faixa II apresentam menor índice de variação, predominando a variante *mandioca* (aproximadamente 80% das respostas) e, em menor produtividade, o designativo *mandioca brava* (16,67%) e *macaxeira brava* (4,16%). Já os informantes da faixa I apresentam outras formas, mas com baixa ocorrência de *macaxeira* (3,92%) e formas compostas: *macaxeira reimosa* (1,96%) e *macaxeira velha* (1,96%).

Uma consulta aos trabalhos geolinguísticos desenvolvidos na Região Norte, apenas o Atlas Linguístico do Amapá (ALAP) (RAZKY, RIBEIRO, SANCHES, 2017) apresenta uma carta que retrata especificamente os denominativos para os referentes da *macaxeirae* da *mandioca* (venenosa), nas cartas L12 e carta L13, respectivamente, em consonância ao que se apresenta no *corpus* sob análise. Ou seja, para a raiz com o alto teor de HCN (carta L13), no ALAP (RAZKY, RIBEIRO SANCHES, 2017), predomina a variante *mandioca* na maioria dos pontos linguísticos e para a tuberosa não prejudicial à saúde humana/animal, há a predominância da variante *macaxeira*.

Quanto aos atlas linguísticos do território amazonense, no de Brito (2011), de Justiniano (2012), de Tavares (2017), de Cardoso (2018) e de Araújo (2018) não se

encontram cartas para os designativos por motivo da natureza dos atlas, uma vez que estes dois últimos tratam de aspectos morfossintáticos e os outros três têm foco na descrição fonética do território investigado. Outro atlas linguístico, o de Maia (2018), também não apresenta a carta da *mandioca* e da *macaxeira*, mas a carta L191 traz o designativo para a ‘planta da mandioca/macaxeira’, a *maniva*, ou seja, não há a documentação dos referentes aqui estudados⁹.

Na região do estado amazonense, cabe mencionar o primoroso e detalhado estudo de cunho linguístico-etnográfico realizado por Azevedo e Margotti (2012) acerca da cultura da *mandioca* na região do Baixo-Amazonas. Esse estudo confirma os dados da norma lexical encontrada no presente artigo. Segundo os autores:

Na linguagem do caboclo do Igarapé do Juruti-Velho, mandioca é sempre a mais venenosa, enquanto a macaxeira, embora seja uma espécie de mandioca, não é venenosa, ou seja, não contém demasiadamente ácido cianídrico (HCN). Portanto, mandioca e macaxeira têm suas definições diferenciadas e cristalizadas na linguagem coloquial do caboclo do Igarapé. Existem outras variedades de mandioca cujas designações os informantes não conseguiram lembrar, pois costumam trabalhar com número limitado nas roças, de modo que outros tipos de mandioca vão se perdendo com o tempo, porque deixam de ser cultivadas. O curioso é que os cultivadores de mandioca conseguem mensurar quais mandiocas contêm muito ou pouco veneno e quais são as mais apropriadas para fazer os derivados, além da farinha. (AZEVEDO, MARGOTTI, 2012, p. 23).

Quanto à área do estado do Pará, os trabalhos de Martins (2004) e Gomes (2007) não documentam os designativos, mas o Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará (DIAS, 2017) traz duas cartas: L32 e L33, para a *macaxeira* e a *mandioca*, respectivamente, confirmando a norma lexical para cada um dos referentes, embora, a nota da carta L33 informe que: “Alguns colaboradores não diferenciaram a macaxeira da mandioca, pois do ponto de vista biológico, tratam-se da mesma espécie de raiz da família das tuberosas” (DIAS, 2017, p. 625), mas predomina *macaxeira* para a raiz comestível e *mandioca* para o que tem alto teor de HCN.

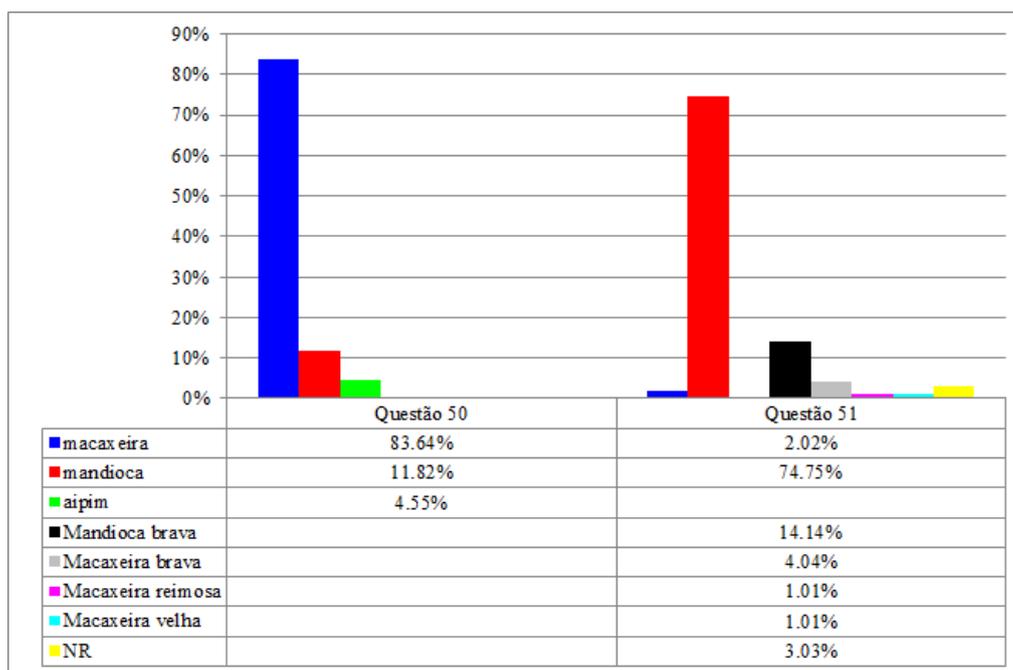
O Atlas Linguístico Topoestático e Topodinâmico do Estado do Tocantins (SILVA, 2018) também não apresenta a carta linguística referente à *macaxeira* e à *mandioca*. Já o Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico (CUBA, 2015), cuja rede de pontos contempla uma localidade em Tocantins (TO 01 - Formoso

⁹ Por motivos de dificuldades ao acesso às cartas do Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM (CRUZ, 2004) e por essa obra ainda não ter sido publicada ou disponibilizada na internet, não foi possível verificar os designativos no atlas do estado amazonense.

do Araguaia) e duas localidades do estado de Rondônia (RO-01 – Guajará-Mirim e RO-02 – Ji-Paraná), documenta nas cartas 30 e 31 os designativos para as questões em pauta. As referidas cartas evidenciam uma área de transição entre normas, com a concorrência de *mandioca/macaxeira* para a raiz que ‘se come’, havendo, contudo, predominância de *mandioca* e, na carta 31, a concorrência se dá entre as formas *mandioca brava/mandioca*, havendo também a predominância de *mandioca brava* como designativo para a raiz venenosa, que se usa para “fazer farinha”. Ou seja, os dados desse atlas confirmam os indícios de que estados na parte meridional da Região Norte (RO, TO, por exemplo) destoam da maioria dos estados nortistas, sobretudo, a parte sul de Tocantins.

Por fim, comparativamente, a Figura 11 ilustra a produtividade das variantes para as duas questões em pauta no *corpus* do aqui analisado.

Figura 11. Produtividade das variantes para a questão 51 por faixa etária



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB – inédito – Relatórios do SGVLin®

Observa-se claramente as duas normas lexicais para denominar ambos os referentes. *Macaxeira*, em vermelho, é a forma mais comum da maioria dos usuários para denominar a raiz comestível (83,64%), e *mandioca*, em azul, a forma comum para denominar a raiz tuberosa não comestível (74,75%). A questão 51 apresenta abstenção de resposta e outras formas menos produtivas.

Considerações Finais

Com este estudo evidenciou-se que a Região Norte apresenta duas formas majoritárias para denominar os referentes, caracterizando áreas que compreendem, principalmente, o Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nos estados localizados na parte meridional da Região Norte: Acre, Rondônia e, sobretudo, Tocantins, há uma incidência menor dos itens que caracterizam a norma lexical da maioria dos estados nortistas, *macaxeira* para questão 50 e *mandioca* para a questão 51, talvez devido aos fluxos migratórios e processos de ocupação e povoamento dessas áreas. Isso leva à reflexão de que em termos práticos, o estabelecimento de áreas linguísticas ou áreas dialetais não se dá de forma abrupta, mas sim de forma gradual podendo-se defender a ideia da existência de *continuum* dialetal ou *continua* dialetais nos territórios.

Embora não se tenha, nesta oportunidade, feito uma análise comparativa com dados de outras regiões administrativas do Brasil, observa-se que entre os informantes desta amostra se faz, nitidamente, a distinção entre a raiz comestível e a que é usada unicamente para fazer farinha. Tal fato não se confirma em dados da pesquisa que está em andamento nas Regiões Sudeste (ROMANO; CÁ, 2020) e Sul do Brasil, por exemplo. Somente de posse dos dados desses outros estudos e da pesquisa completa se poderão fornecer com certeza as áreas lexicais para os designativos das questões 50 e 51. Tudo leva a crer, por ora, que *macaxeira* é a norma lexical do Norte, enquanto *aipim* e *mandioca*, sobretudo, a do Centro-Sul como designativos da raiz tuberosa com baixo teor de ácido cianídrico (HCN). Os dados evidenciaram também que na Região Norte o item *mandioca* é a denominação dada à raiz que é venenosa, a que tem alta concentração de HCN, portanto, prejudicial para saúde e não recomendada para consumo humano/animal. Essas duas questões do QSL, sem dúvida, possibilitam a definição de áreas linguísticas para um novo mapa dialetológico do Português Brasileiro que o ALiB cada vez mais se aproxima da concretização.

Referências

ALMEIDA, F. da S. C. *Micro Atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. 2008. 2. v. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ARAÚJO, A. A. de O. *Variação morfossintática da Zona Leste de Manaus: um estudo geossociolinguístico*. 275 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

AZEVEDO, O. da S.; MARGOTTI, F. W. Estudo linguístico-etnográfico sobre a mandioca no Baixo Amazonas. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/2, p. 13-43, dez. 2012.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico, testemunho de uma cultura. XIX CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOXÍA ROMÁNICAS. *Actas...* A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1992, p. 397-405.

BRITO, R. M. de. *Atlas dos falares do Baixo Amazonas*. 2v. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

CARDOSO, L. P. *Atlas Linguístico dos falares de Manaus – ALFAMA*. 2v. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CARDOSO, S. A. M. S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil - Vol. 1 (Introdução)*. Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, S. A. M. S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil - Vol. 2 (cartas Linguísticas)*. Londrina: EDUEL, 2014b.

COSERIU, E. *Lições de linguística geral*. Tradução Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 2004 [1980].

CRUZ, M. L. de C. *Atlas Linguístico do Amazonas*. 2v. 2004 (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CHOFARD, A. *Aspectos lexicais do Português brasileiro: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil*. 2019, 247 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

CUBA, M. A. *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico*. 2v. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

DIAS, M. P. *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará - AGQUINPA*. 2v. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

EMBRAPA. *Mandioca em números*. CONGRESSO DE MANDIOCA, 2018. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/congresso-de-mandioca-2018/mandioca-em-numeros>> Acesso em 25 jun. 2020.

FILGUEIRAS, G. C.; HOMMA, A. K. O. Aspectos socioeconômicos da mandioca na Região Norte. In.: MODESTO JUNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B. (eds.). *Cultura da Mandioca: aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria*. Brasília: Embrapa, 2016, p.16-48.

GOMES, F. R. R. *Cartografia linguística e educação na Amazônia: um estudo semântico-lexical da fala na/da Microrregião Marabá/Pará*. 287f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, A. N. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In.: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de. (orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, p. 165-181.

ISQUERDO, A. N. Designações para estilingue em atlas lingüísticos brasileiros: perspectivas diatópica e sócio-histórica. In.: TROTTER, David (Ed.) *Actes... XXIV CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES*. Tome I. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2007. p. 533-546.

ISQUERDO, A. N. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In.: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (orgs.) *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-59.

JUSTINIANO, J. dos S. *Atlas Linguístico dos falares do Alto Rio Negro*. 103f. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

LIMA, L. G. de. *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara-AFeBG*. 2006. 2 v. 80 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAIA, E. G. *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM*. 2018, 845 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MARINS, L. G. F. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 2012, 307 F. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MARTINS, A. F. C. Variação lexical e fonética na Ilha do Marajó. *Revista Científica da UFPA*, v. 4, abr. p. 1-16, 2004,

- NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].
- PORTILHO, D. A. S. *O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB*. 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- RAZKY, A. *Atlas linguístico sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1)*. Belém: s/ed. 2004 (Programa em CD-ROM).
- RAZKY, A.; RIBEIRO, C. M. da; SANCHES, R. D. *Atlas Linguístico do Amapá – ALAP*. São Paulo: Labrador, 2017.
- RIBEIRO, S. S. C.. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 2012, 466 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2012.
- ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*. Londrina, UEL, v. 13, n.2, jul.- dez., 2013, p. 203-242.
- ROMANO, V. P. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no centro sul do Brasil*. 2015. v.1: 286f.; v. 2: 117f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- ROMANO, V. P. Áreas lexicais brasileiras: um novo olhar sobre a proposta de Antenor Nascentes nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. *Revista Linguística* (Online), v. 34, p. 117-145, 2018.
- ROMANO, V. P. Desdobramentos, desafios e perspectivas da Geolinguística Pluridimensional no Brasil. In.: MOTA, J.; OLIVEIRA, J. PAIM, M. RIBEIRO, S. (orgs.). *Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso*. Salvador: EDUFBA (no prelo).
- ROMANO, V. P.; AGUILERA, V. de A. Mandioca, macaxeira ou aipim? Traços de brasilidade no léxico do Português Brasileiro. In.: MOTA, J. A. *et al. Atlas Linguístico do Brasil*, Vol. 3 (estudos), Londrina: Eduel, no prelo.
- ROMANO, V. P.; CÁ, J. F. Mandioca, macaxeira e aipim na Região Sudeste do Brasil: distribuição diatópica e comentários geolinguísticos dos informantes. *Revista MOARA*, Belém, UFPA, n.55, jan.- jul., p. 109-128, 2020.
- ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Dados geolinguísticos sob uma perspectiva estatística: a variação lexical no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n. 2, p. 59-92, 2014a.
- ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Menino, guri ou piá? Um estudo diatópico nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, UNESP, v. 58, n. 2, p. 463-497, 2014b.
- ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *RELin Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n.1, p. 119-151, 2014.

SANTOS, L. A. dos. *Brincando pelos caminhos do falar fluminense*. 2016. 197f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SEABRA, R. D.; ROMANO, V. P.; OLIVEIRA, N. A Brazilian Contribution for Automated Linguistic Cartography. *American Journal of Linguistics*, v. 3, p. 27-40, 2014.

SILVA, G. A. *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins*. 2018. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

TAVARES; L. S. *Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira*. 2017. 259 p. Mestrado (Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

THUN, H. Atlas linguistique et variabilité – introduction à la table ronde. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, *Actes...* 22, p.407-409, 1998.

YIDA, V. *Normas lexicais no Português Brasileiro: uma descrição de regionalismos nos dados do campo semântico da alimentação e cozinha do Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. 2019. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.